

Resumo: As remoções de famílias pobres residentes em assentamentos precários provocam impactos a essas famílias e são recorrentes em projetos de urbanização de favelas. Essa pesquisa buscou analisar os impactos socioeconômicos em famílias removidas para o Residencial Antônio Vinagre pelo Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova (PROMABEN), em Belém (Brasil) a partir de levantamento bibliográfico, documental e de campo nos anos de 2013 a 2017, com aplicação de formulários, entrevistas e análise de dissertações e teses sobre o tema. Identificaram-se aspectos positivos e negativos na nova residência e se evidenciou como principais impactos socioeconômicos aos moradores o aumento do custo de vida, da violência no local, empobrecimento, e desarticulação das estratégias de sobrevivência das famílias, revelando que as políticas urbanas podem contribuir na diminuição do acesso aos direitos sociais.

Palavras-chave: Impactos socioeconômicos em famílias. Remoção de moradores. Projetos urbanísticos. Belém/Brasil.

REMOCIÓN DE FAMILIAS E IMPACTOS SOCIOECONÓMICOS POR PROYECTOS URBANOS EN BELÉM

Resumen: Las remociones de familias pobres que viven en asentamientos precarios afectan a estas familias y son recurrentes en los proyectos de urbanización de barrios marginales. Esta investigación buscó analizar los impactos socioeconómicos en las familias trasladadas al Residencial Antônio Vinagre por el Programa de Saneamiento de la Cuenca de la Estrada Nova (PROMABEN), en Belém (Brasil) a partir de un análisis bibliográfico, documental y de campo entre 2013 y 2017, a través de instrumentos como formularios, encuestas y análisis de tesis de maestría y doctorado sobre el tema. Se identificaron aspectos positivos y negativos en la nueva residencia y mostró como principales impactos socioeconómicos para los residentes el aumento en el costo de vida, la violencia local, el empobrecimiento y la desarticulación de las estrategias de supervivencia familiar, y revela que las políticas urbanas contribuyen para la reducción del acceso a los derechos sociales.

Palabras clave: Impactos socioeconómicos en las familias. Remoción de habitantes. Proyectos urbanos. Belém/Brasil.

Introdução

O processo de ocupação e uso do solo urbano por famílias pobres nas cidades da chamada “periferia global” tem crescido exponencialmente em forma de assentamentos precários, reflexo de uma desigualdade social e econômica que é produto de uma reprodução de distintas formas do capitalismo periférico (DAVIS, 2016; HARVEY, 1982; SANTOS, 1993). Nessa produção do espaço urbano de países periféricos, a construção da moradia, em sua maioria, está feita de forma informal, desvinculada das políticas públicas e sem recursos técnicos e financeiros significativos, negando-se o direito à cidade às pessoas mais pobres (MARICATO, 2001).

Nesse contexto, a Região Metropolitana de Belém (RMB), localizada na Amazônia brasileira, é atestada por números oficiais como o maior aglomerado metropolitano do país em que a maior taxa relativa de domicílios está localizada em áreas precárias, com suas ocupações intensamente condicionadas pelas características da várzea amazônica em margens de rios e em alagados (PENTEADO, 1973), áreas menos valorizadas em contraponto com as terras altas e mais valorizadas apropriadas por uma classe econômica mais alta.

Diante da alta concentração populacional em áreas alagadas ou alagáveis, a Prefeitura de Belém historicamente vem executando projetos de intervenção urbana de saneamento e qualificação urbana que implicam em remoções de muitas famílias que residem às

margens dos projetos (ABELÉM, 1988; PONTE, 2010; SANTANA, 2012; LEÃO, 2013), percebendo-se uma tendência histórica de remoção de famílias a partir de obras estatais que requalificam alguns espaços urbanos, mediante obras de infraestrutura e que facilitam e estimulam investimentos privados.

Com isso, este artigo apresenta resultados de pesquisas que analisaram impactos sociais e econômicos em famílias que passaram por processos de remoção de suas casas em função da execução de projetos urbanísticos na RMB. As pesquisas desenvolvidas foram realizadas por dois projetos de pesquisa⁵: “Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova- PROMABEN: Análise da concepção e processo de indenização e reassentamento de famílias” (2013-2014), doravante chamado de “Projeto de Pesquisa 1” e “Embelezamento de cidades: análise do processo de indenização e reassentamento de famílias na intervenção do PROMABEN em Belém”⁶ (2013 a 2016), doravante chamado de “Projeto de Pesquisa 2”.

Os referidos projetos de pesquisa buscaram discutir a concepção de política urbana presente no Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova (PROMABEN)⁷, na cidade de Belém-Pará, que reassentou, até 2013, 87 (oitenta e sete) famílias para o Residencial Antônio Vinagre, analisando, em particular o processo de indenização e reassentamento⁸

⁵ Os projetos foram desenvolvidos pelo Grupo de Estudos e Pesquisas “Cidade, Habitação e Espaço Humano” (GEP-CIHAB), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Serviço social da Universidade Federal do Pará.

⁶ Este último projeto foi financiado pelo CNPq/Chamada Universal.

⁷ Projeto de intervenção urbanística de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Belém e que envolve a mobilidade espacial e residencial de famílias

⁸ Segundo Denaldi (2009a, p. 116) o reassentamento “Compreende a remoção para outro terreno, fora do perímetro da área de intervenção. Trata-se da produção

dessas famílias. Com base em levantamento bibliográfico, documental e pesquisa de campo, buscou investigar a tendência histórica de remoção de famílias nesta cidade, pelo poder público, em vista da renovação urbana através da execução de obras de infraestrutura que necessitam deslocar moradores para outras áreas, os quais tem dificuldade de garantir a reprodução social nas novas moradias.

Vinculado ao “Projeto de Pesquisa 1”, foi realizada a pesquisa de campo, no ano de 2013, mediante a aplicação 57 (cinquenta sete) formulários com os moradores reassentados para o Residencial Antônio Vinagre⁹; e entrevistas com 07 (sete) técnicos que atuavam no PROMABEN (06 Assistentes Sociais e 01 Arquiteta e Urbanista)¹⁰.

Como parte do “Projeto de Pesquisa 2”, realizou-se, em 2016, uma nova coleta de dados no Residencial Antônio Vinagre, para atualização de dados e, em 2017, foi realizado um levantamento bibliográfico que se baseou em pesquisas acadêmicas (Dissertações de Mestrado e teses de Doutorado)¹¹ que

de novas moradias de diferentes tipos (apartamentos, habitações evolutivas, lotes urbanizados) destinadas aos moradores removidos dos assentamentos precários consolidáveis ou não consolidáveis”; enquanto a indenização significa um “subsídio financeiro destinado a população de baixa renda que habita assentamentos precários em processo de urbanização ou áreas de risco para aquisição de moradia (DENALDI, 2009b, p. 183).

⁹ Correspondendo a 66% do total de reassentados pelo PROMABEN, até o mês de junho de 2013.

¹⁰ A resposta aos formulários de pesquisa, pelos (as) moradores (as) do Residencial Antônio Vinagre e as entrevistas dadas pelos (as) técnicos (as) do PROMABEN foram autorizadas, pelos entrevistados, mediante “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido”.

¹¹ Nesse levantamento, foram analisadas 25 dissertações de Mestrado e 05 teses de Doutorado onde se buscou destacar, nessas produções, os principais indicadores socioeconômicos e culturais evidenciados em famílias atingidas por projetos ur-

estudaram projetos governamentais com intervenção urbanística na Região Metropolitana de Belém (RMB)¹² que utilizaram práticas de remoção de famílias pobres residentes em áreas de assentamentos precários e que provocaram vários impactos no cotidiano dos moradores.

Neste sentido, este artigo está estruturado em quatro seções. A primeira faz uma discussão teórica sobre a questão da habitação, intervenções urbanas e a remoção de famílias. A segunda apresenta alguns apontamentos sobre o PROMABEN. A terceira discorre sobre os resultados da pesquisa de campo no Residencial Antônio Vinagre. A terceira apresenta os resultados do levantamento bibliográfico sobre os estudos que expressam os impactos socioeconômicos e culturais na vida das famílias que sofreram processos de remoção na RMB, e por último, são apresentadas as considerações finais.

banísticos na RMB. Para tanto, foi realizada a pesquisa de Dissertações *online* no Repositório Institucional da Universidade Federal do Pará (RIUFPA), utilizando as palavras-chave: projeto urbanístico, reassentamento, remanejamento, realocação, deslocamento forçado, indenização e projeto de intervenção. Assim como se realizou a pesquisa de Teses *online* no OasisBr – IBICT (Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia), utilizando as palavras chave: “projeto de intervenção & Belém”, “projeto urbano & Belém”, “impactos sociais & Belém”, “impactos econômicos & Belém” e “urbano & Belém”.

¹² A Região Metropolitana de Belém é composta por sete municípios do Estado do Pará, que são: Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Bárbara do Pará, Santa Izabel do Pará e Castanhal.

Habitação, intervenções urbanas e a questão da remoção de famílias

A produção de assentamentos precários em áreas urbanas, construídos involuntariamente pela classe trabalhadora (em sua maioria de forma compulsória) devido à necessidade de moradia, está condicionada a uma lógica de exploração do modo de produção capitalista que prejudica a reprodução social dessa classe e produz desigualdade econômica e social desde a revolução industrial na Europa até a implantação do sistema neoliberal nos tempos atuais, produzindo, especialmente em países periféricos, espaços de natureza e dinâmicas distintas de elevados índices de precariedade (ENGELS, 2008; OLIVEIRA, 1972; JARAMILLO, 1982; HARVEY, 2012; MARICATO, 2019).

Hunt (2013) afirma que na fase inicial do capitalismo, para manter uma oferta mínima de trabalho e um rigoroso controle dos trabalhadores, necessitava-se produzir mercadorias com valor que excedesse o valor das mercadorias consumidas pelos trabalhadores e explica como era feito:

[...] os trabalhadores recebiam salários tão baixos que, com suas famílias, viviam nos limites da mais extrema insegurança e pobreza materiais. O único modo claro de reduzir a insegurança e a pobreza era trabalhar mais horas e mais intensamente, para obter um salário mais adequado e evitar ser forçado a juntar-se ao grande exército de trabalhadores desempregados, que tem sido um fenômeno social sempre presente no sistema capitalista. (HUNT, 2013, p. 32)

Nesse contexto, Engels (2008) demonstra que a exploração do capital e os baixos salários impactam negativamente na condição de moradia dos trabalhadores e que grandes centros urbanos europeus apresentavam os “*bairros de má fama*”, locais onde se concentrava a

classe operária em condições precárias de habitabilidade, “*nas piores casas na parte mais feia da cidade*” (ENGELS, 2008. p. 70).

Esse fato se repete no processo de industrialização do Brasil onde, segundo Oliveira (1972), Silva (1989), Bonduki (1998), Maricato (2001), o fenômeno da urbanização se redimensiona a partir do início do século XX impulsionado por um rápido crescimento econômico dependente que produziu uma forma de ocupação precária do espaço com segregação socioespacial típica das cidades nos países do capitalismo periférico, resultante de baixos salários e carência de políticas urbanas. Silva (1989) aponta sobre essa questão que:

[...] ao se integrar plenamente ao capitalismo internacional, os países do Terceiro Mundo pagam o preço de sua ‘modernização’ através da hiperexploração de sua força de trabalho que, além de receber baixos salários, é submetida a um processo selvagem de urbanização crescente, que a expulsa para longe do mercado de trabalho e a submete a verdadeira espoliação urbana. (SILVA, 1989. p. 19).

A partir desse contexto, tem-se um processo de desequilibrada ocupação de áreas ambientalmente frágeis e aumento das condições precárias de saneamento que, segundo Bonduki (1998), fez o Estado agir de modo a controlar as condições sanitárias das cidades com receio que essas condições se alastrassem às outras áreas da cidade, assim, “a questão sanitária se tornou, portanto, prioritária para o governo, justificando seu controle sobre o espaço urbano e a moradia dos trabalhadores” (BONDUKI, 1998. p. 30). Entretanto, tomando por base os estudos de Lojkine (1997), afirma-se que a lógica de atuação o Estado é sempre limitada quando consideram-se os gastos com as despesas de consumo coletivo referente às necessidades de reprodução da força de trabalho, a exemplo dos gastos com moradia.

Dessa forma, cria-se uma dualidade entre a cidade regular e cidade marginal (TUNER, 1969, apud GORELIK, 2003), fruto de um ideário de padrão de cidade que pode ser entendido a partir de uma discussão epistemológica de normalidade que transforma essas realidades urbanas, comuns em cidades da América Latina, em anormais. Nesse ideal modernista, grandes projetos surgem para viabilizar o “desenvolvimento” de cidades que aparecem como polos de atração de pautas modernas, segundo Gorelik (2003). O autor comenta que existia uma forte convicção na época (início do século XX) de que a América Latina era um lugar passível de uma implementação de uma modernização sem os grandes custos descobertos nos países desenvolvidos no pós-guerra e cita Hardoy (1972) ao comentar que “[...] a rota Pan-Americana, os grandes projetos hidroelétricos em toda a parte [...], demonstram que a América Latina está avançando em suas próprias fronteiras” e que “novos centros de vida e um esquema de urbanização complementar ao existente sem dúvida surgirão como expressão de uma nova América Latina” (HARDOY, 1972 apud GORELIK, 2003. p. 119).

Esse pensamento permeou intervenções pelo Brasil que geraram e geram conflitos socioespaciais, econômicos e culturais em diversas dimensões, pois são propostas de um planejamento que reproduzem uma forma de conhecimento ligado a um sistema hegemônico capitalista estruturado através de hierarquias que são centrais nesse modo de pensar (WALLERSTEIN, 2010). Para Vainer (2014) esse tipo de planejamento é distinto das realidades locais onde são inseridos e reproduz práticas de modelagem urbana não neutras e idealizadas em contextos que são completamente distantes das cidades às quais os conceitos e teorias são difundidos, e acrescenta:

[...] aplicando as realidades e os problemas sociais e territoriais da periferia global, eles propõem soluções que são, no final das contas, supostamente “instruções” sobre “melhores práticas” para todos os fins; aplicados em situações e contextos inteiramente diferentes daqueles para os quais foram concebidos (VAINER, 2014. p. 48) (tradução do autor).

Segundo Roy (2005) um dos grandes problemas presente na forma de intervenção que desconsidera a “cidade marginal” é a falta de capacidade, ou principalmente, a falta de interesse desses planejadores em trabalhar em um estado de exceção, com o “não planejável”. E completa que “tais epistemologias políticas são úteis não apenas para as cidades do ‘Terceiro Mundo’, mas também, de maneira mais geral, para o planejamento urbano relacionado com a justiça distributiva” (ROY, 2005, p. 01).

Mas na busca de se inserirem nesse modelo dominante de cidade, as elites locais dos países periféricos, alinhados à lógica do capital do uso do espaço para fins lucrativos, lançam mão desse projeto de embelezamento de cidade que é incorporado pelo planejamento estratégico usado pelo Estado, envolvendo as cidades em uma disputa para conquistarem um espaço de inserção competitiva (VAINER, 2007).

Nesse contexto, os governos nacionais dos países periféricos como o Brasil, recorrem a empréstimos dos bancos multilaterais (BID, FMI e outros) (SANTANA, 2013) para viabilizarem grandes intervenções urbanas nas cidades, na justificativa de melhorias urbanas, sociais e ambientais. Entretanto, vêm reproduzindo um modelo de planejamento que demonstra grandes impactos, com remoções e violações de direitos¹³. (VAINER, 2007). Essas práticas sustentam uma lógica

¹³ Como se verá no próximo item, o projeto de intervenção urbanística (PRO-MABEN), executado na cidade de Belém, que contou com empréstimos do BID, trouxe inúmeros impactos sociais e econômicos na vida das famílias removidas.

capitalista de produção de infraestrutura física e social pelo Estado para viabilização da reprodução do capital (HARVEY, 2005), ocorrendo, em várias situações, o processo de remoção da classe trabalhadora dos espaços valorizados pelo capital, cuja classe não se enquadra nos padrões desejados do ideal de cidade globalizada.

Dessa forma, as intervenções urbanas nas cidades brasileiras, ao longo da história, se tornam sinônimo de remoção e perdas de direitos. Essas remoções (mobilidades espaciais e residenciais) trazem uma série de perdas às pessoas, dentre elas, a perda das relações de vizinhança, perda das atividades ocupacionais, além de empobrecimento de famílias por conta da perda do trabalho, moradias em casas de pequenos cômodos, distância do local de trabalho, dificuldade de pagamento de taxas e serviços que não eram pagos antes do deslocamento, a exemplo do que ocorreu na cidade de Belém, na Região Norte do Brasil, com o reassentamento de moradores para o Residencial Antônio Vinagre, pelo Programa de Saneamento da Estrada Nova (PROMABEN). A seguir, serão apresentados os resultados das pesquisas.

Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova em Belém e a questão da remoção das famílias

O Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova (PROMABEN) é um projeto de intervenção urbanística de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Belém (FIGURA 1) com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)¹⁴, que tem por

¹⁴ Originalmente os recursos do Projeto foram da ordem de US\$137.500 (cento e trinta e sete milhões e quinhentos mil dólares), sendo US\$ 68.750 (sessenta e oito milhões e setecentos e cinquenta mil dólares) financiados pelo Banco Interame-

objetivo “contribuir para resolver os problemas socioambientais que afetam os habitantes da bacia da Estrada Nova de Belém, no Estado do Pará”. (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM, 2013, s/p).

O PROMABEN I contempla obras e ações de drenagem urbana, reordenamento urbano e reassentamento de população, infraestrutura sanitária, infraestrutura viária, além da sustentabilidade social e institucional nos canais principais da Sub-bacia 1 da Bacia da Estrada Nova, objeto do Contrato de Empréstimo 1998-OC/BR, firmado entre o Município de Belém e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID. (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM, 2017, p. 146).

Figura 1. Localização – Macrodrenagem da Bacia da Estrada Nova: Sub – Bacia 01



Fonte: Prefeitura Municipal de Belém, 2013.

ricano de Desenvolvimento e US\$ 68.750 (sessenta e oito milhões e setecentos e cinquenta mil dólares) financiados pela Prefeitura Municipal de Belém (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM, 2013).

A execução da obra previa que aproximadamente 1.100 (mil e cem) famílias e aproximadamente 150 (cento e cinquenta) microempresas familiares fossem retiradas/deslocadas da faixa de intervenções de obras, estando assim, sujeitas a mobilidade residencial. Em 2013 a Prefeitura Municipal de Belém (PMB) havia remanejado 164 famílias - sendo 77 através da indenização de imóveis e 87 por Permuta de Unidades Construídas pela PMB (Comercial e Residencial) – e reassentado 200 famílias (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM, 2013).

Nos documentos governamentais há a informação de que entre os anos de 2013 a 2016, foram concluídas as ações de remanejamento, de famílias e negócios, nos trechos de intervenção do Canal da Av. Bernardo Sayão, entre as ruas Veiga Cabral a Mundurucus, e do Canal da Rua dos Timbiras, entre Av. Bernardo Sayão a Rua Carlos de Carvalho. Entre os anos de 2014 a 2015 a PMB realizou serviços de engenharia de saneamento e duplicação da avenida Bernardo Sayão e pavimentação de 1.380 metros de vias pavimentadas no Canal da Rua Timbiras (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM, 2017).

A PMB informou, ainda, que 30 moradores que eram proprietários de imóveis comerciais foram remanejados da Avenida Bernardo Sayão e receberam uma indenização de R\$ 40 mil reais para reposição da atividade comercial. No ano de 2016, a Unidade Coordenadora da Bacia da Estrada Nova (UCP) regularizou 71 unidades habitacionais das famílias reassentadas para o Residencial Antônio Vinagre (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM, 2017), sendo este Residencial o local da pesquisa de campo com as famílias reassentadas e que será apresentada no próximo item.

Resultados das pesquisas

A aplicação de formulários com 57 famílias reassentadas para o Residencial Antônio Vinagre, pelo “Projeto de Pesquisa 1”, foi baseada nas seguintes variáveis: informações sobre os moradores; trabalho e renda; situação de moradia e de serviços públicos (antes e depois do reassentamento); participação política das famílias; problemas e melhorias com o reassentamento.

As entrevistas com os Técnicos que atuam no PROMABEN foram realizadas a partir de variáveis como: intervenção física da obra; recursos do Programa; famílias afetadas; processo de indenização; processo de reassentamento; relações de família e vizinhança; participação social; acesso a rede de serviços na nova moradia; novas taxas de serviço; venda das novas casas; acompanhamento pós-relocação; objetivos alcançados pelo Programa¹⁵.

Segundo os técnicos na área da sub-bacia I, que compreende o perímetro da Rua Veiga Cabral à Rua Fernando Guilhon, foram previstas inicialmente, no Plano de Reassentamento do Programa, 1100 (mil e cem) famílias a serem atingidas (remanejadas e reassentadas) pelas obras. Entretanto, o Técnico A informou que o Relatório de Progresso previa apenas 500 (quinhentas) famílias, sendo que até o ano de 2013, foram envolvidas com o processo de reassentamento/indenização 230 (duzentos e trinta) famílias. De acordo com os entrevistados A, B e C, 87 (oitenta e sete) famílias haviam sido reassentadas para o Residencial Antônio Vinagre, até o ano de 2013.

O artigo priorizou a apresentação de alguns resultados da aplicação dos formulários com os moradores. Dentre os dados obtidos,

¹⁵ Os (as) entrevistados (as) serão denominados (as) por letras para preservar a identificação de seus nomes.

verifica-se que a maioria dos respondentes nasceu em outros municípios do estado do Pará (46,43%), podendo-se inferir que maioria das pessoas são aquelas que migraram de outras cidades do estado do Pará e ocuparam as áreas de baixadas¹⁶ a partir dos anos 1960 em Belém. Em segundo lugar, estão as pessoas que nasceram no próprio bairro do Jurunas (33,93%), onde ocorreu a intervenção urbanística do PROMABEN, isto é, são pessoas que têm um forte vínculo com o local de moradia, com a vizinhança e proximidade com o rio, antes do reassentamento. À medida que o processo de reassentamento do PROMABEN não garantiu a proximidade dos reassentados ao seu local de moradia, pode gerar a quebra de vínculos com lugares, pessoas e costumes.

Especificamente sobre a moradia no bairro do Jurunas, a maioria dos respondentes morava nesse bairro entre 21 e 30 anos (34%), seguido de 31 ou anos ou mais (30%). Isso significa que 64% dos pesquisados moravam no bairro há mais de 20 anos. Esse dado demonstra como os reassentamentos impactam enormemente a vidas das pessoas que tem vínculos materiais e simbólicos com o local de moradia. A solução encontrada pelo Estado e que vem se repetindo em diversos projetos urbanísticos precisa ser repensada para que as pessoas afetadas (e sem escolha) possam ter o direito à moradia e permanecer na área da obra tendo o acesso aos bens e serviços produzidos com o projeto.

As consequências aos moradores reassentados não ficaram restritas a questões de relações de vizinhança ou lugar. Os dados coletados com os formulários demonstram que a grande maioria dos

¹⁶ Áreas baixas são espaços da cidade de Belém permanentemente alagadas ou sujeitas a alagamento. Em geral, são ocupadas por trabalhadores empobrecidos.

entrevistados possuíam um tipo de profissão/ocupação antes do reassentamento (96,36%) com renda. Destaca-se, dentre esses, a ocupação de comerciantes e domésticas (donas de casa e empregadas domésticas). Os demais entrevistados possuem uma variedade de ocupações demonstrando a realidade dos trabalhadores informais moradores de área precárias e que se articulam à precarização do mundo do trabalho na contemporaneidade, como por exemplo, as atividades de: consultora de vendas, costureira, diarista, metalúrgico, motorista, técnico de enfermagem.

Após o reassentamento para o Residencial Antônio Vinagre houve uma diminuição de pessoas empregadas com renda passando de 96,36% para 84,91%. Do mesmo modo, aumentou o número de pessoas desempregadas/sem renda de 3,64% para 15,09%. Destaca-se que os trabalhadores que mais perderam suas atividades ocupacionais foram os comerciantes, considerando que no Residencial Antônio Vinagre não foi permitido fazer qualquer tipo de comércio no apartamento.

Vale ressaltar que a diminuição de atividades ocupacionais é uma tendência em projetos urbanísticos que envolvem reassentamentos de pessoas, posto que em geral o novo local de moradia é distante do local anterior onde as pessoas desenvolviam seu trabalho. Ressalte-se que, segundo os (as) técnicos (as) entrevistados (as), o Residencial Antônio Vinagre está localizado no bairro do Marco, a aproximadamente 7,5 km de distância do bairro Jurunas, de onde as famílias foram reassentadas (Figura 2). A mobilidade espacial e residencial pode ter provocado as alterações negativas nas condições de trabalho e renda dos moradores (as), dado que no bairro antigo os moradores desenvolviam suas atividades ocupacionais de trabalho.

Figura 2. Deslocamento da população atingida pelas obras de macrodrenagem na sub-bacia 01 da Estrada Nova



Fonte: Maués (2016, p. 64).

Em relação à renda antes do reassentamento, a maior faixa foi indicada de 1 a 2 salários mínimos (53,85%). Seguido das faixas de menos de 1 salário mínimo (23,08%). Considerando que 5,77% indicaram não ter renda na moradia no Bairro do Jurunas. Isso demonstra que a grande maioria dos moradores entrevistados recebia entre 0 a 2 salários mínimos, totalizando 82,70%. Esses dados sobre a renda expressam a divisão social do trabalho na cidade capitalista, visto que, conforme expressam a literatura sobre a questão urbana, os trabalhadores empobrecidos se avolumam nos espaços de moradia precária, como é o caso das baixadas de Belém.

Observa-se que após o reassentamento 29,63% dos moradores entrevistados encontram-se na faixa de 1 a 2 salários mínimos, sendo a mesma porcentagem verificada entre os moradores sem renda (29,63%). Destaca-se que 14,81% dos moradores possuem menos de 1 salário mínimo na nova moradia. Nota-se que a grande maioria dos moradores entrevistados na nova moradia passou a compor a faixa de renda entre 0 a 2 salários mínimos, totalizando 74,07%.

Pode-se afirmar que no pós-assentamento houve uma mudança nas faixas de renda de todos os moradores. Com destaque para a faixa de sem rendimentos que passou de 5,77% para 29,63%, com um aumento de 23,86%. Houve uma diminuição da faixa de renda de menos 1 salário mínimo que passou de 23,08% para 14,81%, correspondendo a 8,27%. O mesmo ocorreu com a faixa de 1 a 2 salários mínimos que passou de 53,85% para 29,63%, com a expressiva diminuição de 24,22%.

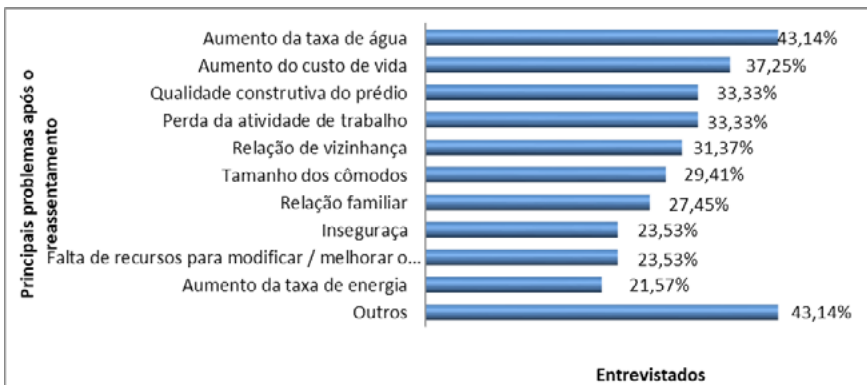
A análise dos dados demonstra que os moradores que estavam nas faixas de menos de 1 e 1 a 2 salários mínimos, foram os que mais sofreram mudança nas faixas de renda, sendo que a maioria migrou para a faixa sem renda. Observou-se o aumento na quantidade de moradores sem renda no pós-reassentamento que passou de 5,77% para 29,63%, podendo-se inferir que a diminuição da renda corresponde a perda da atividade comercial desenvolvida no Jurunas por parte dos moradores na nova moradia.

Na antiga residência, no Bairro do Jurunas as famílias moravam em casas de madeiras e em terrenos alagados ou alagáveis, sendo que a moradia em alvenaria no residencial Antônio Vinagre (após o reassentamento) trouxe melhorias na qualidade de habitação das famílias. A pesquisa demonstrou que houve aumento da quantidade

de pessoas satisfeitas com o número dos cômodos da residência no pós-reassentamento, de 65,5% para 80,4%.

Perguntados quais os principais problemas após o reassentamento, 43% dos entrevistados alegaram o aumento da taxa de água como um problema, 37% indicaram o aumento do custo de vida como um dos principais problemas e 33,33% a qualidade construtiva do prédio e a perda da atividade de trabalho. Ou seja, além do empobrecimento, após reassentamento os moradores ainda são sujeitos a uma elevação do custo de vida. Dessa forma, cria-se um ambiente desfavorável para a permanência desses moradores no residencial, podendo levar, futuramente, à venda do imóvel (Gráfico 1).

Gráfico 01. Principais problemas após o reassentamento



Fonte: Pesquisa de campo/“Projeto de Pesquisa 1”, 2013.

Obs: as respostas escolhidas para esta pergunta eram de múltipla escolha.

Os técnicos B, C, E, e G entrevistados (as) afirmaram em relação aos impactos socioeconômicos e culturais que:

[...] as mudanças foram enormes, afetaram as relações sociais, o cotidiano das famílias, a relação com o rio, e com o bairro, seus costumes, sua cultura. Mudar para uma outra área, seja indenizado ou reassentado, é difícil, pois a maioria das famílias eram de pessoas idosas, que já moravam há muito tempo (TÉCNICO G).

A questão da redução da pobreza não melhorou exatamente, o que melhorou foi a qualidade de vida, com relação a moradia, a área, mas o custo de vida aumentou, por causa do transporte que antes a maioria não precisava pagar para se locomover. Iria melhorar se algumas coisas previstas saíssem do papel como os cursos de capacitação. Há uma preocupação até que ponto as famílias conseguirão se manter, pois o custo de vida aumentou (TÉCNICO C).

Melhorou a questão da qualidade de vida das pessoas que permaneceram na área que será saneada, mas para as pessoas reassentadas a situação mudou e muitos não conseguirão se manter nos apartamentos por conta das taxas: água, luz, condomínio, etc. (TÉCNICO E).

[...] depois analisaram que essas famílias não deveriam ter sido reassentadas para lá, pois não tem condições de manter o custo de vida diferente, com várias cobranças de taxas. Há apartamentos que já estão sem energia elétrica, pois as pessoas não têm condições de pagar (...) e outras cederam ou venderam seus apartamentos, alegando que não podem continuar morando na área (TÉCNICA B).

A pesquisa identificou que o reassentamento apresentou algumas melhorias, na opinião dos moradores, tais como: o acesso ao transporte, já que o residencial está localizado na Avenida Almirante Barroso, onde passam a maioria dos transportes coletivos e número de cômodos. Em relação às principais melhorias após o reassentamento, mais de 48,08% dos entrevistados apontaram a melhoria na segurança como algo positivo. 38,46% colocaram o acesso ao transporte como melhora e 32,69% do total dos entrevistados apontaram a qualidade construtiva do prédio e o número de cômodos como pontos positivos (Gráfico 2).

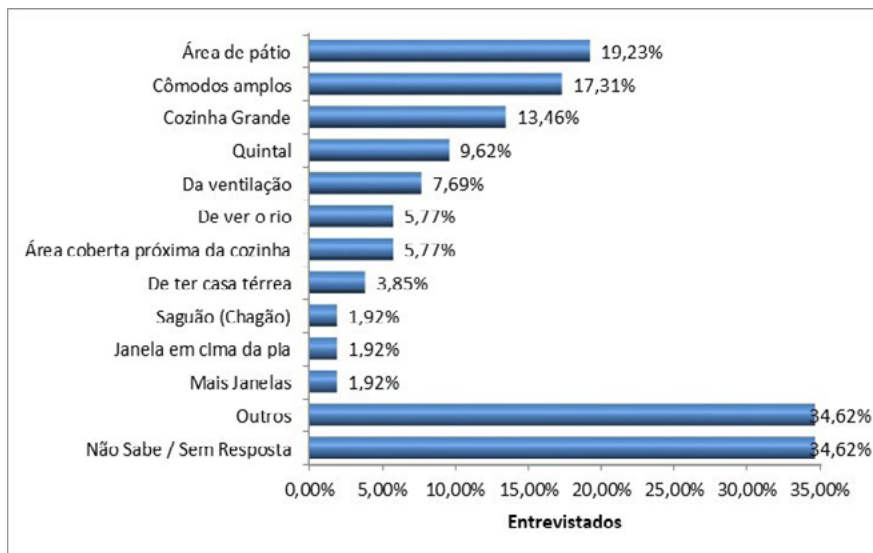
Gráfico 02: Principais melhorias após o reassentamento



Fonte: Pesquisa de campo/“Projeto de Pesquisa 1”, 2013.

Obs: as respostas escolhidas para esta pergunta eram de múltipla escolha.

Perguntados sobre o que sentem faltam na nova moradia, a maioria dos entrevistados não respondeu ou não soube responder. Dentre os que emitiram opinião, 19,23% informaram que sentem falta da área de pátio; de cômodos amplos (17,31%) e de cozinha grande (13,46%). Essas variáveis são importantes porque registra a subjetividade do morador no que se refere às necessidades de moradia e devem ser valorizadas na proposição de políticas urbanas e habitacionais.

Gráfico 3. O que você sente falta na sua moradia?

Fonte: Pesquisa de campo/“Projeto de Pesquisa 1”, 2013.

Obs: as respostas escolhidas para esta pergunta eram de múltipla escolha.

Segundo os técnicos entrevistados para essas famílias, foi montado um escritório de acompanhamento, e as principais demandas das famílias foram: infiltrações no prédio; problemas na tubulação de esgoto e, na estrutura dos imóveis, bem como nos acabamentos dos apartamentos; individualização da conta de água, etc. Nesse acompanhamento, os técnicos realizaram cadastrados de moradores para receber a tarifa social da Rede Celpa¹⁷ e no Programa Bolsa Família do governo federal. Ainda assim, afirmam os técnicos que alguns moradores já estariam vendendo os apartamentos por não terem condições de pagar as novas taxas cobradas. A técnica C do Programa afirmou que:

¹⁷ Para receberem a conta de energia com valor mais baixo.

Já existem sete apartamentos, supostamente vendidos. Nós não conseguimos comprovar, mas a Assistente Social já fez a visita e chegando lá tem outro morador. Três desses, nós encontramos onde estavam morando.

Informações obtidas com técnicos envolvidos no projeto evidenciam alguns pontos em relação à avaliação da concepção de política urbana presente no PROMABEN. Em relação aos aspectos positivos, os técnicos, em geral, têm demonstrado que os moradores sentem-se satisfeitos pela infraestrutura da casa de alvenaria, se comparadas às condições da moradia anterior (casas construídas em cima do canal), além do acesso à rede de serviços (transporte, ruas asfaltadas etc.). Em relação aos impactos negativos tem ressaltado a dificuldade dos moradores de arcar com as novas despesas incluídas no orçamento familiar após o reassentamento, tais como: o pagamento de taxas de serviços (energia elétrica, água, condomínio) e impostos (Imposto Predial e Territorial Urbano/IPTU), tendo em vista que não há alteração na renda familiar após o reassentamento, o que tem provocado a venda de casas no residencial Antônio Vinagre.

Na nova coleta de dados realizada no ano de 2016 no Residencial Antônio Vinagre, vinculado ao “Projeto de Pesquisa 2”¹⁸ foram aplicados 52 (cinquenta e dois) formulários com os moradores reassentados no Residencial, correspondendo a 49,52% do total de famílias reassentadas até o ano de 2016.

¹⁸ Esta nova coleta de dados utilizou, com algumas alterações, o formulário de pesquisa aplicada no ano de 2013. Este novo levantamento foi realizado pela pesquisa de Mestrado em Serviço Social (OLIVEIRA, 2017), vinculada ao “Projeto de Pesquisa 2”.

Uma das variáveis investigadas nessa nova coleta de dados, diz respeito à *percepção do morador* em relação aos aspectos positivos e negativos da Residência.

Os principais pontos positivos informados pelos moradores na nova residência são: número dos cômodos suficientes, segurança, acesso a escolas, acesso a postos de saúde e acesso ao lazer.

Por outro lado, os principais pontos negativos informados pelos moradores são: aumento da taxa de energia, aumento da taxa de água, qualidade construtiva do prédio e perda da atividade de trabalho. Nota-se nesse novo levantamento pouca alteração nas variáveis negativas e positivas informadas pelos moradores no levantamento anterior, tendo portanto, uma maior incidência nas repostas referentes aos aspectos negativos.

O levantamento realizado em 2016 no Residencial Antônio Vinagre demonstrou que:

[...] os principais impactos socioeconômicos do processo de reassentamento realizado pelo Promaben referem-se à *desarticulação das estratégias de sobrevivência das famílias*, expressa nas seguintes variáveis destacadas: queda nos trabalhos relacionados ao comércio e serviços (17,4%); remoção da atividade comercial/serviço desenvolvida na antiga residência (38,5%); perda da atividade de trabalho (27%); estabelecimentos comerciais/serviços não indenizados (15,4%); não continuidade do comércio/serviço na nova moradia (32,7%); e necessidade de realizar alguma estratégia de renda (23%). (OLIVEIRA; SANTANA, 2018, p. 266, grifos no original).

Além disso, registram-se os seguintes impactos:

[...] aumento nos gastos com a taxa de água (48%); aumento nos gastos com a taxa de energia elétrica (65,3%); aumento no custo de vida (61,5%); insatisfação com o tamanho dos cômodos (27%); queda na quantidade de famílias com mais de 5 pessoas (15,3%); insatisfação com

a qualidade construtiva do prédio (40,4%); falta de recursos para reparos e modificações nos espaços (27%); falta do documento de titularidade da nova casa (82,7%); insegurança (44,2%) e quebra de laços familiares e de vizinhança (55,8%) (OLIVEIRA, 2017, p. 177).

A pesquisa sobre as famílias reassentadas pelo PROMABEN ao residencial Antônio Vinagre demonstra que a mudança residencial ocasionou melhorias nas condições físicas da moradia, particularmente no que se refere ao acesso ao serviço de saneamento básico, não alterando as condições de trabalho e renda do morador. Contrariamente, a pesquisa revela que o reassentamento contribuiu com a desarticulação das estratégias de sobrevivência das famílias (OLIVEIRA; SANTANA, 2018). Sinteticamente:

[...] o reassentamento não alterou a condição de subalternidade do morador trabalhador, isso porque a produção e uso da cidade condiz diretamente com a divisão social do trabalho no espaço. Logo, apenas a alteração do lugar de moradia dos trabalhadores não altera sua condição de sobrevivência enquanto classe trabalhadora, pois as condições de renda permanecem as mesmas da área anterior ou chegam a piorar. Além disso, os moradores não conseguem utilizar, no novo espaço residencial, as mesmas estratégias de sobrevivência que usavam no assentamento precário, neste caso, na baixada (OLIVEIRA; SANTANA, 2018, p. 267).

A seguir, serão apresentados os dados do levantamento bibliográfico baseado em estudos acadêmicos (Dissertações de Mestrado e teses de Doutorado) que analisaram intervenções urbanas estatais na Região Metropolitana de Belém (RMB) e onde houve processos de remoção de famílias pobres residentes em áreas de assentamentos precários.

Impactos socioeconômicos e culturais em famílias atingidas por projetos urbanísticos na Região Metropolitana de Belém (Pará) evidenciados em estudos acadêmicos

Conforme afirmado na introdução deste artigo, o levantamento bibliográfico, vinculado ao “Projeto de Pesquisa 2”, foi realizado em 25 dissertações de mestrado e 05 teses de doutorado¹⁹ que estudaram experiências urbanas na Região Metropolitana de Belém, particularmente os estudos que tratam do processo de reassentamento e remanejamento de famílias atingidas por projetos urbanísticos²⁰. O quadro 1 apresenta os principais problemas identificados na produção acadêmica sobre processos de reassentamento, remanejamento e indenização de famílias e sintetiza os *indicadores de impactos socioeconômicos e culturais* identificados nas pesquisas²¹.

Quadro 1. Indicadores de impactos socioeconômicos e culturais identificados no levantamento bibliográfico em dissertações de mestrado e teses de doutorado

Indicadores de impactos socioeconômicos e culturais	Número de vezes que foram tratados nos trabalhos pesquisados	% ²² .
Aumento do custo de vida	30	100%
Aumento da violência no local do projeto	30	100%

¹⁹ Os estudos foram identificados no período de 1988 a 2015.

²⁰ Parte desses resultados estão sintetizados em Ferreira Filho (2017).

²¹ Os referidos indicadores foram agrupados de acordo com o número de vezes que foram tratadas nas dissertações de Mestrado e nas teses de Doutorado pesquisadas.

²² O percentual foi calculado em relação ao número de vezes que o indicador apareceu em relação aos 30 trabalhos acadêmicos (equivalentes a 100%).

Empobrecimento das famílias	20	67%
Os moradores passam a pagar conta de água e energia	18	60%
Desarticulação das estratégias de sobrevivência das famílias no local do projeto	18	60%
Perda das experiências sociais	17	57%
Falta de participação da comunidade em relação ao projeto	17	57%
O imóvel destinado aos moradores é insuficiente para acomodar toda a família	17	57%
Impermanência das famílias no local do projeto	14	47%
Dificuldade de adaptação à nova moradia	11	37%
Insatisfação dos moradores com projetos de reassentamento	11	37%
Ventilação é inadequada	10	33%
Os moradores não conseguem se adaptar com a nova vizinhança	10	33%
Aumento do desemprego	10	33%
Passam a morar distante do centro da cidade	09	30%
Falta de coleta de lixo	09	30%
Venda do imóvel recebido pelo projeto	08	27%
Difícil acesso ao transporte público	08	27%
Distância da nova moradia para a escola e posto de saúde	08	27%
Subordinação do regime identitário	07	23%
Aparecimento de macro e micro vetores (ratos, mosquitos, etc.) favorecendo a reprodução de doenças	07	23%
Iluminação precária na área do projeto	07	23%
Aumento da desigualdade/segregação	07	23%
Quebra de vínculos sociais (vizinhança e familiares)	07	23%
Aumento da degradação ambiental (poluição do lençol freático)	06	20%
Infiltração no imóvel	06	20%
Sentimento de insegurança	06	20%

Falta de circulação do rio	05	17%
Perda da atividade de trabalho	05	17%
Sistema viário passa a ser visto como prioridade	05	17%
População não recebeu nenhum tipo de assistência	04	13%
Falta de manutenção no local do projeto	04	13%
Cooptação de liderança comunitária	04	13%
Falta de um lugar apropriado para a criação de animais no imóvel que foi destinado para a população reassentada	04	13%
Aumento de acidentes de carro (atropelamentos)	04	13%
Problemas sanitários	03	10%
Falta de liberdade para as crianças brincarem na rua da localidade	03	10%
Desaparecimento de rios, igarapés e vias na bacia	02	7%
Perda de privacidade	02	7%
Aumento de pessoas com estresse	02	7%
Aumento da mortalidade infantil	02	7%
Aumento do alcoolismo	02	7%
Não possui espaço para secar as roupas lavadas	02	7%
Sumiço da subjetividade autopoética	01	3%
Distância entre a nova moradia e o posto policial	01	3%
Não possuem mais quintais	01	3%
Aumento de pessoas com neoplasmo maligno	01	3%
Depredação de imóveis	01	3%
Impactos na fauna e na flora	01	3%

Fonte: Elaboração feita pelos(as) autores(as) a partir da pesquisa em dissertações de mestrado e teses de Doutorado/ “Projeto de Pesquisa 2”, 2017.

A pesquisa realizada nas dissertações de mestrado e teses de doutorado apontou *algumas tendências no que tange aos impactos socioeconômicos e culturais analisados por autores que se dedicam ao estudo da problemática do reassentamento, remanejamento e in-*

denização de famílias, relacionados à remoção por projetos urbanísticos realizados na Região Metropolitana de Belém, demonstrando que o direito à cidade é seletivo e que as políticas urbanas acabam por contribuir na diminuição do acesso aos direitos sociais.

Isso pode ser expresso pelos indicadores de *aumento do custo de vida* e *aumento da violência no local do projeto*, apontados por todos os estudos, bem como a questão do *empobrecimento das famílias*, identificado em 20 trabalhos, e a *desarticulação das projeto urbanístico*, identificado em 18 trabalhos pesquisados, para citar os mais importantes.

Considerações finais

A comparação dos resultados da pesquisa de campo no Residencial Antônio Vinagre e o levantamento bibliográfico demonstra que os principais indicadores de *impactos socioeconômicos e culturais* identificados nos estudos na Região Metropolitana de Belém (estudados entre os anos 1988 e 2015), tais como: *aumento do custo de vida*, *empobrecimento das famílias*, *a desarticulação das estratégias de sobrevivência das famílias*²³ foram identificados na vida dos moradores que passaram por processos de remoção pelo PROMABEN, em Belém, demonstrando que neste projeto urbanístico repetem-se tendências negativas de impactos na vida das pessoas que passam por mobilidade compulsória pela intervenção do Estado na questão urbana.

Como afirma Santana (2012, p. 27-28) em estudo sobre o financiamento do BID em Belém:

²³ Com exceção do *aumento da violência no local do projeto*

O estudo da lógica e da operacionalidade dos projetos de moradia (a exemplo do PROMABEN) evidencia o significado do modelo de gestão orientado pelo BID e aplicado, com anuência do Estado, nos países latino-americanos. Alguns espaços da cidade são escolhidos para implantação de infraestrutura física e destinados às empresas capitalistas, ao turismo e/ou aos grandes eventos (como a Copa do Mundo). Para tanto, o Estado indeniza ou remove as pessoas pobres para conjuntos habitacionais, implicando frequentemente na piora das condições de vida dessas pessoas. Há pouca preocupação, seja do BID, seja do Estado com a permanência ou com o nível de satisfação das pessoas nas novas unidades habitacionais. Na maioria das vezes, o que permanece é a infraestrutura física, não as pessoas pobres.

O levantamento bibliográfico e documental realizado na pesquisa apresenta a análise de pesquisadores acerca da lógica do Estado capitalista, intrínseca e cada vez mais tendencial, nos objetivos de projetos urbanos, como é o caso do Programa de Saneamento da Bacia Estrada Nova - PROMABEN realizado pela Prefeitura Municipal de Belém e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento- BID, que tem distanciado os moradores pobres das áreas infraestruturadas, tendendo a uma especulação do mercado imobiliário, expressando o caráter de injustiça urbana e de segregação territorial.

O discurso do PROMABEN apresenta como objetivo a diminuição da pobreza, mas a política revela a priorização no embelezamento e infraestrutura da cidade, o que para isso ainda é preciso “varrer” os pobres para áreas distantes, ou ainda deixá-los por perto, porém sem condições para sobreviver na área valorizada. Trata-se de uma política urbana que, ao garantir infraestrutura, desencadeia um processo de valorização da terra urbana, encarecendo o cotidiano, aumentando os impostos, as taxas de serviços prestados, tornando mais complexo e mais caro o transporte, o lazer, a educação, o trabalho, etc. (CRUZ, 2012, p. 203).

A lógica das ações do Estado pode ser compreendida a partir do momento que se vê as obras de reestruturação urbana como uma forma de tornar as cidades mais atrativas para que possam competir pelos investimentos capitalistas (SANTANA, 2012). Desta forma, o Estado se utiliza do discurso ideológico de que obras servirão para a melhora da qualidade de vida dos moradores atingidos pelo projeto, camuflando os interesses valorização espacial do entorno do projeto.

A pesquisa demonstra que a luta pelo direito à cidade deve continuar a ser um princípio dos estudos acadêmicos, os quais devem demonstrar a realidade vivida pelos moradores nas cidades tendo em vista a contribuição dessas pesquisas nas reivindicações pelo acesso aos serviços urbanos e aos direitos humanos da classe trabalhadora.

Referências

ABELÉM, Aurélia Gomes. **Urbanização e remoção: pra que e pra quem?** Belém, Centro de Filosofia e Ciências Humanas / NAEA / UFPA, 1988.

BONDUKI, Nabil Georges. *Origens da Habitação Social no Brasil. Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria.* São Paulo: FAPESP, 1998.

CRUZ, S. H. R. **Grandes projetos urbanos, segregação social e condições da moradia em Belém e Manaus.** 317 f. 2012. Tese (Doutorado) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. São Paulo: Bointempo Editorial, 2006.

DENALDI, Rosana. Assentamentos precários: identificação, caracterização e tipos de intervenção. In: ROSA, J. S; DENALDI, R. (Orgs.). **Curso à distância: Planos locais de habitação de interesse social**. BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação, 2009a. Disponível em <www.cidades.gov.br/secretariasnacionais/secretaria-de-habitacao/biblioteca>. Acesso em: 29 março 2018.

DENALDI, Rosana. Estratégias de Ação. In: ROSA, J. S; DENALDI, R. (Orgs.). **Curso à distância: Planos locais de habitação de interesse social**. BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação, 2009b. Disponível em <www.cidades.gov.br/secretariasnacionais/secretaria-de-habitacao/biblioteca>. Acesso em: 29 março 2018.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Tradução B. A. Schurmann; São Paulo: Bointempo, 2008.

FERREIRA FILHO, Sérgio Luiz Cortinhas. **Impactos socioeconômicos e culturais em famílias atingidas por projetos urbanísticos na região metropolitana de Belém – PA evidenciados em estudos acadêmicos**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social). Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal do Pará, 2017.

GORELIK, Adrián. **A produção da “cidade latino-americana”**. Comunicação apresentada na Jornada “Redes intelectuais e história social da cultura”, 12 a 13 de agosto de 2003. Tradução de Fernanda Arêas Peixoto.

HARVEY, David. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. In: **Revista Espaço e Debates**, v. 6, pp. 7-14, 1982.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. **O direito à cidade**. In: PINHEIRO, Jair e MOTTA, Célia (Org.). Barricadas Urbanas. Revista Lutas Sociais, n. 29, p. 73 – 89, 2012.

HUNT, E. K. **História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica**. Tradução da 3 edição. Elsevier Editora Ltda, 2013.

JARAMILLO, Samuel. **Las formas de producción del espacio construido en Bogotá**. In: PRADILLA, Emilio. Ensayos sobre el problema de la vivienda en México. Cidade do México, Latina, Universidad Nacional Autónoma de México, 1982, pp. 149-212.a

LEÃO, Monique Bentes Machado Sardo. **Remoção e Reassentamento em Baixadas de Belém: Estudos de caso de planos de reassentamento (1980-2010)**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, UFPA, Belém, 2013.

LOJKINE, Jean. **O Estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MARICATO, Ermínia. **II Fórum nacional: por um projeto para as cidades do Brasil**. Comunicação da mesa de abertura. São Paulo, 2019.

MAUÉS, R. S. **Projeto arquitetônico para o reassentamento de famílias da bacia da Estrada Nova - Belém/PA**. 2016. 120 f. Trabalhos de Conclusão de Curso (Graduação) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Pará, 2016.

OLIVEIRA, Aricarla Batista de. **Impactos socioeconômicos nas estratégias de sobrevivência das famílias reassentadas pelo Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova (PROMABEN)**. 2017. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Pará, 2017.

OLIVEIRA, Aricarla Batista de; SANTANA, Joana Valente. Impactos socioeconômicos do reassentamento de famílias pelo PROMABEN em Belém (PA). **Revista Em Pauta**, Rio de Janeiro. 1º Semestre de 2018 - n. 41, v. 16, p. 256 – 271.

OLIVEIRA, Francisco de. **A economia brasileira: crítica à razão dualista**. *Estudos Cebrap*, n. 2, 1972. P. 3-82.

PENTEADO, Antônio Rocha. **O sistema portuário de Belém**. Coleção Amazônica, Série José Veríssimo. Belém, Ed. UFPA, 1973.

PONTE, J.X.P. **Cidade e água no estuário guajarinó**. 319 f. Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2010. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional, IPPUR-UFRJ). 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM. Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova. **Apresentação do Programa**. Belém, 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM. **Relatório de acompanhamento de programas e ações municipais**. Belém, 2017.

ROY, Ananya. **Urban Informality: Toward an Epistemology of Planning**. *Jornal do American Planning Association*, vol. 71, n.º 2, primavera de 2005. © American Planning Association, Chicago, IL, 2005.

SANTANA, Joana Valente. Desenho ideológico do BID: modelo de gestão no PROMABEN em Belém, Pará. In: **Rev Katálysis**, Florianópolis, v.15, n.1, jan./jun., p. 21-31, 2012.

SANTANA, Joana Valente. **Gestão de Cidades no Brasil: estratégias e orientações do Banco Interamericano de Desenvolvimento**. 1. ed. Campinas/SP: Editora Papel Social, 2013.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Política Habitacional Brasileira: Verso e Reverso**. São Paulo: Ed. Cortez, 1989.

VAINER, Carlos. **Visão do Movimento Social, da Universidade e do Governo Federal sobre a Prevenção e Mediação dos Conflitos Fundiários Urbanos**. Comunicação apresentada no Seminário Nacional Prevenção e Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos. Promovido pelo Programa Nacional de Capacitação das Cidades / Conselho Nacional das Cidades / Ministério das Cidades. Organizado pelo GT Conflitos Fundiários Urbanos. Salvador, 6 a 8 de agosto de 2007.

VAINER, Carlos. **Disseminating ‘Best Practices’: the coloniality of urban knowledge and city models**”. In PARNELL, S.; OLDFIELD, S. *The Routledge Handbook on Cities of the Global South*. New York, 2014.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Análisis de sistemas – Mundo. Uma introducción**. Buenos aires: Siglo veintiuno editores, 2010.